



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portal.periodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Integração entre políticas públicas e educação ambiental: estratégias de permanência escolar no meio rural brasileiro

Integration between public policies and education environmental: strategies for school retention in rural Brazil

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2675

ARK: 57118/JRG.v8i19.2675

Recebido: 08/11/2025 | Aceito: 13/11/2025 | Publicado on-line: 14/11/2025

Eliane de Oliveira Torres¹

<https://orcid.org/0009-0001-1033-9839>

<http://lattes.cnpq.br/8359827711517028>

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, PE, Brasil

E-mail: eli9oliveira9@gmail.com

Paulo Roberto Ramos²

<https://orcid.org/0000-0003-3684-0960>

<http://lattes.cnpq.br/9107135900230723>

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Email: paulo.ramos@univasf.edu.br

Francisca Aline de Oliveira torres³

<https://orcid.org/0009-0003-6729-5245>

<http://lattes.cnpq.br/9179167478873269>

Secretaria da Educação, Recife, PE, BR

Email: thathy_0@hotmail.com



Resumo

A evasão escolar em comunidades rurais é um desafio complexo, influenciado por fatores estruturais e simbólicos. Este artigo investiga como a integração entre políticas públicas e programas de Educação Ambiental (EA) pode fortalecer a permanência escolar. Para isso, foi conduzida uma revisão de escopo da literatura, seguindo o protocolo PRISMA-ScR, focada no período 2020-2024. A seleção resultou na análise de 23 artigos científicos e relatórios institucionais, visando mapear os determinantes do abandono e as intervenções de permanência. Os resultados demonstram que a evasão é impulsionada por uma dupla frente: barreiras estruturais (transporte, renda) e, crucialmente, por fatores simbólicos, como a percepção de "não pertencimento" cultural e um currículo descontextualizado. Verificou-se que as estratégias de EA bem-sucedidas são aquelas de natureza etnográfica, que combatem ambas as frentes ao aplicar a pedagogia à realidade prática do território, aumentando a relevância da escola. Conclui-se que a integração é uma abordagem eficaz, mas a literatura ainda carece de avaliações de impacto robustas que mensurem seus resultados em larga

¹ Graduada em História; Licenciatura em pedagogia; Pós-graduada em História do Brasil; Pós-graduada em políticas educativa do ensino superior.

² Graduação em Ciências Sociais; Mestrado em Sociologia; Doutorado em Sociologia; Pós-Doutorado (Ciências Agrárias, Sociologia e Nutrição).

³ Mestrado em Ciências de Educação.

escala. O estudo identifica essa lacuna e propõe uma agenda de pesquisa futura que combine metodologias quantitativas (como estudos de impacto quasi-experimentais) com análises etnográficas, visando superar as barreiras de implementação.

Palavras-chave: permanência escolar; educação do campo; políticas educacionais; educação ambiental; evasão escolar.

Abstract

school dropout in rural communities is a complex challenge, influenced by structural and symbolic factors. This article investigates how the integration between public policies and Environmental Education (EE) programs can strengthen school retention. To this end, a literature scoping review was conducted, following the PRISMA-ScR protocol, focusing on the 2020-2024 period. The selection resulted in the analysis of 23 scientific articles and institutional reports, aiming to map the determinants of dropout and retention interventions. The results show that dropout is driven by a dual front: structural barriers (transportation, income) and, crucially, symbolic factors, such as the perception of cultural "non-belonging" and a decontextualized curriculum. It was found that successful EE strategies are those of an ethnographic nature, which combat both fronts by applying pedagogy to the practical reality of the territory, increasing the school's relevance. It is concluded that integration is an effective approach, but the literature still lacks robust impact evaluations that measure its large-scale results. The study identifies this gap and proposes a future research agenda that combines quantitative methodologies (such as quasi-experimental impact studies) with ethnographic analyses, aiming to overcome implementation barriers.

Keywords: school retention; rural education; educational policies; environmental education; School dropout.

1. INTRODUÇÃO

A evasão escolar nas comunidades rurais brasileiras constitui um desafio histórico e estrutural que limita a promoção da cidadania e a mitigação das desigualdades. O presente artigo tem como objetivo geral investigar, através de uma revisão bibliográfica, a eficácia das políticas públicas educacionais e dos programas de educação ambiental (EA) na diminuição deste fenómeno. A investigação analisa a forma como a integração destas duas áreas pode fortalecer a permanência dos estudantes, aumentando a relevância da escola e o vínculo com o território. O abandono escolar nessas localidades é um fenómeno complexo, intensificado pelas desigualdades socioeconómicas, pelas diferenças entre as redes de ensino e pelos impactos da pandemia de doença por coronavírus 2019 (UNICEF, 2021; INESC, 2023; FCC, 2024). Fatores como o trabalho infantil, deslocações exaustivas e um acesso precário à infraestrutura (transporte, conectividade e alimentação) são determinantes.

A escolha deste tema é justificada pela sua pertinência face às atuais demandas sociais e ambientais. A crise climática, a vulnerabilidade socioeconómica e os índices persistentes de evasão exigem soluções inovadoras e integradas. Neste cenário, as políticas públicas educacionais, articuladas com a EA, constituem alternativas viáveis, funcionando como estratégias complementares que aumentam a relevância da escola, fortalecem os vínculos comunitários e valorizam os saberes locais, revertendo a percepção de desconexão entre a educação formal e a vida prática (MEC, 2022; PAVINI, 2023; SILVA; WUNSCH, 2023).

A literatura recente aponta nessa direção: (SILVA, 2020) evidencia que iniciativas interdisciplinares, como as hortas escolares, conferem ao processo educativo uma maior significância. Contudo, (SANTOS; COSTA, 2022) alertam que, apesar dos progressos em programas como o Pronera e a Política Nacional de Educação Ambiental, persistem lacunas na efetividade destas ações em comunidades vulneráveis.

O debate entre estes autores revela a limitação central que a presente investigação visa resolver: muitas análises privilegiam a vertente pedagógica de forma isolada, desconsiderando a articulação sistêmica entre educação, políticas públicas e sustentabilidade. Esta é a lacuna que este artigo aborda, contribuindo para o avanço do conhecimento ao analisar essa intersecção e, socialmente, ao apresentar alternativas concretas para a retenção de estudantes. Esta interligação alinha-se diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade e ODS 13 - Ação Contra a Mudança Climática Global, evidenciando a sua relevância.

Para tal, os objetivos específicos do estudo em questão incluem: a) identificar os principais fatores associados à evasão escolar no contexto rural; b) analisar experiências e práticas educativas ambientais conectadas a políticas públicas que impactaram de forma positiva a permanência dos estudantes; e c) discutir as potencialidades e limitações dessas estratégias, sugerindo diretrizes para futuras iniciativas. A investigação é fundamentada numa análise crítica dos desafios históricos enfrentados pela educação rural, estabelecendo a Educação Ambiental (EA) como um eixo organizador de políticas destinadas à permanência escolar e à valorização cultural, social e ecológica das comunidades. Este estudo transcende uma perspectiva meramente assistencialista, propondo um modelo de desenvolvimento integral.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido a partir de uma revisão de literatura de abordagem mista, que integrou fases exploratória, descritiva e explicativa, com o objetivo de analisar a articulação entre políticas públicas educacionais, programas de educação ambiental e a redução da evasão escolar em comunidades rurais. Para garantir a precisão conceitual, o estudo adota as seguintes definições operacionais: (i) evasão escolar é compreendida como o abandono definitivo ou a não efetivação da matrícula no ano letivo subsequente; (ii) permanência escolar refere-se não apenas à matrícula ativa, mas também à frequência mínima e ao engajamento do estudante nas atividades pedagógicas; e (iii) educação do campo é entendida como a modalidade educacional que articula a proposta pedagógica às especificidades culturais e produtivas das comunidades rurais. A pesquisa foi estruturada em três etapas principais:

Na etapa exploratória, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico para mapeamento do estado da arte e identificação dos principais conceitos, desafios e iniciativas que conectam os campos da educação rural, das políticas públicas e da educação ambiental. O objetivo foi se familiarizar com a produção acadêmica e institucional sobre o tema.

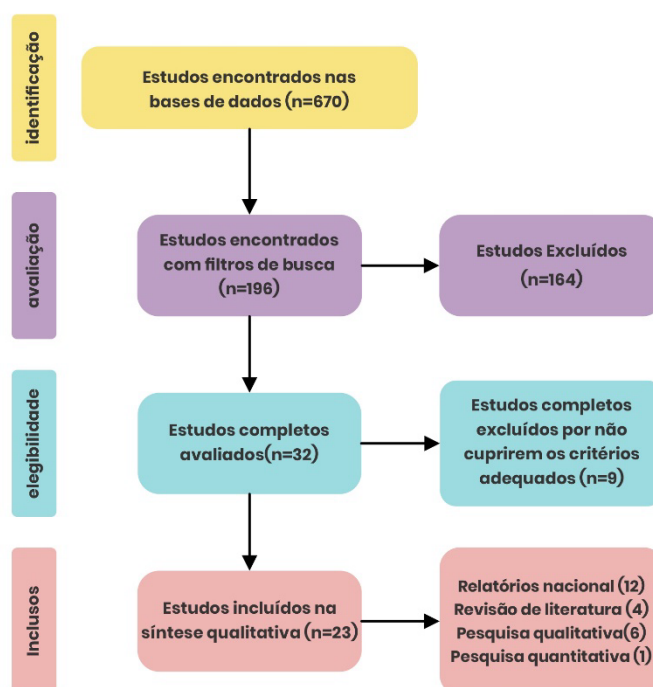
Na etapa descritiva, após o levantamento inicial, procedeu-se à seleção e organização do material. Nessa fase, os documentos foram categorizados para descrever: a) o panorama e os determinantes da evasão escolar em áreas rurais (INEP, 2023; IMDS, 2022; INESC, 2023); b) as políticas públicas e os programas governamentais existentes (UNICEF, 2021; MDS, 2023); c) exemplos práticos de

programas de educação ambiental com impacto na permanência (ENGIE, 2021; IDAF, 2021).

Por fim, a pesquisa buscou estabelecer relações de causalidade e correlação entre as variáveis identificadas. Essa etapa consistiu na análise crítica e na síntese das informações, com o objetivo de explicar como e por que a integração entre as políticas públicas e a educação ambiental contextualizada pode funcionar como uma estratégia eficaz para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola e, conseqüentemente, mitigar a evasão escolar. A seleção dos estudos seguiu o protocolo PRISMA-ScR (Revisão de Escopo). As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO e Google Scholar, bem como em repositórios institucionais (INEP, MDS e UNICEF), entre 15 de janeiro e 24 de setembro de 2025. As strings de busca literais utilizadas, de forma combinada, em português, foram: "evasão escolar" ou "abandono escolar" e "educação ambiental" ou "educação do campo" e "rural" ou "comunidades rurais". O processo foi aprimorado com a adição de um filtro de data de cinco anos, visando uma filtragem adicional dos resultados.

Foram incluídos artigos científicos, relatórios institucionais, notas técnicas e capítulos de livros publicados entre 2020 e 2024. Foram excluídos trabalhos focados exclusivamente em contextos urbanos, artigos de opinião ou que não conectassem a educação ambiental às estratégias de permanência. A triagem inicial e a seleção final foram realizadas por dois revisores independentes, e as discordâncias, resolvidas por consenso. O processo de seleção está detalhado na imagem 1.

Figura 1 – Processo de tratamento e seleção dos artigos



Fonte: elaboração própria (2025)

Para análise dos artigos selecionados, optou-se por organizar os artigos em planilha única, destrinchando as principais informações de cada artigo, como: título, autores, ano de publicação e periódico, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1: Relação dos trabalhos selecionados por ano de publicação.

	Título	Autor(es)/Ano	Periódico
1	Impacto do programa Caminhos da Escola na evasão escolar.	CARVALHO ET AL. (2024)	Revista Caderno Pedagógico
2	Censo Escolar 2023: reprovação e abandono retomam crescimento...	FCC (2024)	Relatório Institucional (FCC)
3	Evasão e abandono escolar entre moradores da Zona Rural: RSL.	LIMA, PINHEIRO E SABINO (2024)	Revista Eletrônica Pesquiseduca
4	Indicadores educacionais: dados abertos.	BRASIL. INEP (2023)	Relatório Institucional (INEP)
5	Estudo sobre condicionalidades educacionais do Bolsa Família.	BRASIL. MDS (2023)	Relatório Institucional (MDS)
6	Estudo sobre abandono escolar: parceria INESC e Fundação Malala.	INESC (2023)	Relatório Institucional (INESC)
7	Educação do campo na pós-pandemia: pessoas, experiências coletivas...	PAVINI (2023)	Artigo (ResearchGate)
8	O abandono escolar na zona rural.	SILVA E SANTOS (2023)	Revista Ibero-Americana (REASE)
9	Educação do campo e agroecologia: práticas pedagógicas...	SILVA E WUNSCH (2023)	Artigo (ResearchGate)
10	Base Nacional Comum Curricular: Caderno Temático Meio Ambiente.	BRASIL. MEC (2022)	Relatório Institucional (MEC)
11	A Importância da Articulação Intersectorial na Administração Pública.	CODEPLAN (2022)	Relatório Institucional (CODEPLAN)
12	Nota Técnica nº 001/2022: Abandono e Evasão Escolar no Brasil.	IMDS (2022)	Relatório Institucional (IMDS)
13	Relato de experiência: reflexões acerca da evasão escolar rural.	LANDIN (2022)	Ensino em Perspectivas
14	Relatório Busca Ativa Escolar – Dados Gerais 2022.	MPRS (2022)	Relatório Institucional (MPRS)
15	Práticas e vivências de educação ambiental na... APAE de Três Passos/RS.	PAVINI E WUNSCH (2022)	Artigo (ResearchGate)
16	Os impactos da política pública de transporte escolar rural... RS.	RODRIGUES E PEREIRA (2022)	Anais do Encontro (SBAP)
17	Políticas públicas e educação ambiental: caminhos para a permanência...	SANTOS E COSTA (2022)	Capítulo de Livro

18	Programa de Educação Ambiental – Complexo Eólico Umburanas.	ENGIE (2021)	Relatório Institucional (Engie)
19	Relatório Anual 2021 – Gerência de Educação Sanitária e Ambiental.	IDAF (2021)	Relatório Institucional (IDAF)
20	Relatório Anual 2021 – Educação.	UNICEF (2021)	Relatório Institucional (UNICEF)
21	Estudo da evasão escolar no curso de agrimensura... CTUR.	FARIAS (2020)	Dissertação (UFRRJ)
22	Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências.	FERREIRA E OLIVEIRA (2020)	Scientia Generalis
23	Educação ambiental e protagonismo juvenil: experiências em escolas rurais...	SILVA (2020)	Artigo (Rev. Bras. de Ed. Amb.)

Fonte: elaboração própria (2025)

3. RESULTADOS

A literatura recente indica que as taxas de evasão escolar no Brasil apresentam tendências heterogêneas. Dados censitários e de monitorização corroboram esta visão, com o INEP (2023), a FCC (2024) e o INESC (2023) a demonstrarem um aumento significativo nas taxas de evasão entre 2020 e 2021, com impactos mais severos no ensino secundário e nas regiões Norte e Nordeste.

A procura dos determinantes deste fenómeno revela um debate complementar. Por um lado, os relatórios institucionais identificam os mecanismos estruturais: o IMDS (2022) e o MDS (2023) apontam para a precariedade socioeconómica, a necessidade de emprego remunerado, a distância até à escola e a falta de transportes como barreiras materiais críticas. Por outro lado, as pesquisas qualitativas aprofundam esta análise, sugerindo que estes fatores materiais não atuam isoladamente. Estudos como os de Lima, Pinheiro e Sabino (2024) argumentam que os fatores culturais e simbólicos, como a percepção da "inutilidade" da escola ou as expectativas familiares que privilegiam o trabalho, interagem diretamente com a vulnerabilidade socioeconómica, aumentando a probabilidade de abandono escolar.

Em resposta direta a estes determinantes materiais e simbólicos, as políticas públicas de educação têm procurado integrar ações intersetoriais e práticas pedagógicas contextualizadas.

No plano material, o MDS (2023) aborda a vulnerabilidade socioeconómica através de condicionalidades sociais, como a frequência escolar exigida pelo programa Bolsa Família, que têm sido identificadas como mecanismos eficazes para mitigar a evasão escolar. Simultaneamente, no plano simbólico, para combater a percepção de "inutilidade" da escola mencionada por Lima, Pinheiro e Sabino (2024) o Ministério da Educação MEC (2022) orienta para a transversalidade curricular. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva abordagens que dialoguem com o território, valorizando a cultura camponesa e a agroecologia como elementos estruturantes.

Neste contexto, a educação ambiental surge como a estratégia pedagógica que sintetiza estas duas frentes. Contribui para o envolvimento dos estudantes ao conectar a prática pedagógica (o simbólico) à realidade local (o material), fortalecendo o vínculo com a comunidade. Como Silva (2020) salienta:

“A educação ambiental, quando incorporada ao cotidiano escolar, transforma o espaço educativo em um lugar de construção coletiva, onde os estudantes passam a reconhecer o território como parte de sua identidade. Essa abordagem favorece o protagonismo juvenil e fortalece os vínculos entre escola e comunidade, contribuindo diretamente para a permanência escolar” (SILVA, 2020, p. 42).

Vários relatos de prática confirmam a tese de Silva (2020), demonstrando que a eficácia da EA está ligada à sua aplicação contextualizada. Por exemplo, foi evidenciado pela iniciativa da Engie (2021) em Umburanas (BA) que o "senso de pertencimento" é fortalecido por intervenções direcionadas à "realidade local". De forma semelhante, os relatórios do IDAF (2021) indicam que a integração de práticas de educação sanitária no plano curricular aumenta o "comprometimento dos alunos".

Esta abordagem prática é central. Landin (2022) relata, por exemplo, a sua experiência no interior de Goiás, onde a evasão escolar, baseada na crença de que "não era preciso estudar" para viver no campo, só foi revertida quando a escola adotou projetos de intervenção ligados à realidade local, como o "Projeto da Pimenta". A discussão destes estudos (ENGIE; IDAF; LANDIN) sugere, portanto, que a EA não funciona como disciplina teórica, mas sim como ferramenta de envolvimento prático. A flexibilidade da estratégia é outro ponto-chave: Pavini e Wunsch (2022) reforçam este aspecto ao demonstrarem como a EA pode ser adaptada a públicos com necessidades educativas especiais na APAE de Três Passos (RS), promovendo a "inclusão e participação ativa".

Estas práticas corroboram a ideia de que a permanência escolar está diretamente ligada à capacidade da escola interagir com a realidade dos estudantes e proporcionar-lhes experiências significativas.

A literatura destaca a Busca Ativa Escolar como uma das principais estratégias intersectoriais para reintegrar alunos em risco de abandono escolar. O UNICEF (2021) define a iniciativa como uma articulação crucial entre os setores da educação, da saúde e da ação social para "localizar crianças e adolescentes fora do ambiente escolar".

A importância desta articulação é reforçada por evidências práticas. Dados do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS, 2022) indicam que a implementação da Busca Ativa em municípios vulneráveis contribui para diminuir o abandono escolar, sobretudo quando associada a políticas de proteção socioeconômica e de acompanhamento familiar.

A análise conjunta destes relatórios (UNICEF, 2021; MPRS, 2022) sugere, portanto, que o sucesso da política não reside apenas na identificação do aluno, mas sim na sua integração efetiva na rede de proteção social. Para facilitar esta coordenação, o UNICEF (2021) acrescenta que a plataforma da Busca Ativa disponibiliza as ferramentas técnicas necessárias, como o georreferenciamento, os protocolos de ação e os indicadores de acompanhamento, que facilitam a ação integrada das equipes locais.

A análise comparativa destes relatórios (UNICEF, 2021; MPRS, 2022) sugere que o sucesso da política não reside apenas na identificação do aluno, mas sim na sua integração efetiva na rede de proteção social. Para facilitar esta coordenação, o UNICEF (2021) acrescenta que a plataforma da Busca Ativa disponibiliza as ferramentas técnicas necessárias, nomeadamente georreferenciação, protocolos de ação e indicadores de acompanhamento, que facilitam a ação integrada das equipes locais.

Investigações como a realizada pelo INESC (2023) aprofundam esta visão, argumentando que a Busca Ativa é mais eficaz quando integrada tanto em programas de transferência de rendimento, como o Bolsa Família, como em estratégias pedagógicas que valorizem o território. Segundo o instituto, esta dupla articulação permite que o regresso à escola não se restrinja ao regresso físico à sala de aula, mas inclua a reconstrução de laços e a adaptação curricular às necessidades dos alunos.

Os estudos, ressaltam o potencial da Busca Ativa como catalisadora de mudanças institucionais, promovendo a integração entre secretarias e fortalecendo redes de apoio (UNICEF, 2021; MPRS, 2022). Em contrapartida, o IMDS (2022) aponta uma lacuna crítica que limita essa implementação: a ausência de avaliações sistemáticas que mensurem o impacto real da iniciativa em diferentes contextos regionais e faixas etárias.

A educação ambiental (EA) emerge como uma ferramenta pedagógica chave para fortalecer os vínculos que a Busca Ativa tenta reconstruir. O debate na literatura sugere que a eficácia da EA não é teórica, mas prática. Relatórios de implementação, como o da Engie (2021), evidenciam que intervenções focadas na "realidade das famílias" contribuem para a diminuição da evasão. Esta perspectiva é corroborada pelo IDAF (2021), que ressalta a importância da articulação entre práticas educativas e a educação sanitária local.

De forma ainda mais direta, Landin (2022) relata em um estudo de caso prático que a evasão em uma escola rural de Goiás só diminuiu quando a gestão substituiu aulas tradicionais por projetos de intervenção (como o "Projeto da Pimenta"), provando à comunidade o valor prático do estudo. Reconhecendo esse potencial prático, a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva a incorporação da EA como eixo transversal, promovendo abordagens que integrem sustentabilidade e cultura local (MEC, 2022). O potencial dessa abordagem contextualizada é reforçado por Pavini e Wunsch (2022), que demonstram como a EA é flexível o suficiente para ser adaptada até mesmo para a educação especial, promovendo "pertença e participação ativa".

A ligação entre a prática da EA conforme Landin (2022) e a política pública é essencial. Estudos indicam que a EA pode atuar como um elo estratégico, sobretudo quando articulada com programas de proteção social. O MDS (2023) reforça esta tese, demonstrando que as ações educativas associadas ao programa Bolsa Família aumentam a taxa de permanência ao exigirem condicionalidades de frequência e participação pedagógica.

A EA destaca-se, portanto, como uma estratégia promissora, capaz de estimular práticas contextualizadas (ENGIE, 2021; IDAF, 2021) e de fomentar o protagonismo dos estudantes (PAVINI; WUNSCH, 2022). No entanto, é o IMDS (2022) que aponta para a lacuna crítica que restringe a replicabilidade destas boas práticas. O instituto evidencia que as avaliações de impacto que mensuram a eficácia real dessas ações em larga escala são ainda limitadas.

A "Educação do Campo" surge como uma proposta pedagógica que reconhece as particularidades das comunidades agrárias, valorizando os seus conhecimentos e estilos de vida. Silva e Wunsch (2023) defendem que esta abordagem contextualizada é fundamental para estabelecer vínculos com a realidade dos alunos, promovendo o seu envolvimento e reduzindo a taxa de abandono escolar.

Neste âmbito, a agroecologia emerge como um elemento estruturante desta proposta. Pavini (2023) complementa esta visão, salientando que as práticas agroecológicas são a ferramenta que integra o currículo nas atividades produtivas e comunitárias, fortalecendo o sentido de pertença e a relevância da escola. O diálogo

entre estes autores sugere que, se a "Educação do Campo" é a filosofia, a agroecologia é a sua prática mais eficaz.

Os autores Lima, Pinheiro e Sabino (2024) vão mais longe ao afirmar que a educação rural, quando associada a políticas públicas, não é apenas uma ferramenta pedagógica, mas também um "mecanismo de resistência" contra as desigualdades educacionais. A valorização da identidade camponesa e o respeito pelas dinâmicas territoriais, defendidos por estes autores, são centrais para a efetividade da permanência.

No entanto, a própria literatura que defende a educação do campo identifica o seu principal desafio de implementação: a formação de professores. Silva e Wunsch (2023) e Pavini (2023) alertam que este é um "desafio persistente". Ambos os estudos argumentam que, sem políticas de valorização profissional, formação contínua e, sobretudo, materiais didáticos contextualizados, a proposta corre o risco de se transformar numa "mera adaptação do modelo urbano".

Concluindo o debate desta secção, fica claro que a convergência entre a educação rural (a filosofia) e a agroecologia (a prática) oferece os caminhos mais concretos para a permanência escolar. Tal como defendido por Pavini (2023) e Silva e Wunsch (2023), esta abordagem é a que melhor dialoga com o território, fortalece a autonomia dos alunos e amplia o papel da escola enquanto espaço de transformação social.

A construção desta resiliência institucional é definida pela capacidade das redes de ensino integrarem iniciativas pedagógicas, sociais e territoriais. O UNICEF (2021) defende que a articulação entre a Busca Ativa, a transferência de rendimentos e os currículos contextualizados demonstrou eficiência na reconstituição de vínculos. Reforçando esta visão, o IMDS (2022) e a FCC (2024) indicam que a permanência está associada à capacidade institucional de responder às vulnerabilidades locais de forma célere, adaptável e com coordenação intersectorial.

No entanto, a literatura evidencia que o principal pilar desta resiliência é a geração de evidências empíricas. O INESC (2023) é enfático ao alertar que as avaliações de impacto que mensuram os efeitos de programas como a EA ou a Busca Ativa ainda são limitadas. Segundo o instituto, esta limitação dificulta a replicação de boas práticas e a alocação eficiente de recursos.

Estudos recentes começam a colmatar esta lacuna metodológica. Carvalho et al. (2024), por exemplo, aplicaram o método das "Diferenças em Diferenças" para avaliar o impacto do programa "Caminho da Escola". A investigação quantificou a sua eficácia, concluindo que o programa contribuiu para a diminuição da taxa de abandono escolar no Brasil (diminuição de 0,493% nos municípios que aderiram, controlando outras variáveis).

A necessidade de articulação, agora fundamentada em dados de impacto, é reforçada por Santos e Costa (2022), que afirmam:

"A articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas contextualizadas é condição essencial para garantir a permanência escolar em territórios vulneráveis. Sem essa integração, as ações educativas tendem a se fragmentar, perdendo força diante dos desafios estruturais que marcam a realidade das comunidades rurais" (SANTOS; COSTA, 2022, p. 113).

A articulação que Santos e Costa (2022) apontam como "condição essencial" materializa-se num conjunto de diretrizes fundamentadas em evidências. A revisão da literatura (UNICEF, 2021; MDS, 2023; IMDS, 2022) converge em duas frentes de ação prioritárias. A primeira é o eixo pedagógico, que exige o aperfeiçoamento da formação

dos docentes para lecionarem em contextos rurais e a convergência efetiva entre o currículo e o território. A segunda é o eixo institucional, que exige a expansão da infraestrutura e dos serviços de transporte, a utilização de dados para o planejamento e o acompanhamento, bem como a integração efetiva entre a educação, a ação social e a saúde. Essa síntese, defendida por UNICEF (2021), MDS (2023) e IMDS (2022), representa o ecossistema necessário para que a resiliência institucional seja alcançada.

3.1. DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Embora o potencial demonstrado seja notável, a comunicação eficaz entre as políticas públicas e a educação ambiental enfrenta obstáculos significativos. A revisão da literatura permite identificar dificuldades estruturais em três dimensões fundamentais: política-administrativa, pedagógica e social.

Na dimensão político-administrativa, um dos principais obstáculos identificados reside na fragmentação da administração pública. O CODEPLAN (2022) indica que a gestão, historicamente organizada em setores isolados (os "silos"), impede uma abordagem global a problemas complexos, como a evasão escolar, resultando em sobreposição de esforços e desperdício de recursos.

Esta desarticulação estrutural é complementada pelos desafios crônicos de execução. Rodrigues e Pereira (2022), numa revisão sistemática dos desafios de implementação do Programa Caminho da Escola, identificam que as falhas na "gestão do programa" e na "política de financiamento" constituem barreiras centrais que limitam o potencial das políticas. A análise conjunta dos estudos da CODEPLAN (2022) e de Rodrigues e Pereira (2022) sugere que a fragmentação no desenho da política (os "silos") agrava a descontinuidade na gestão (a "execução"). Projetos promissores são frequentemente interrompidos com a mudança de administrações, não por ineficiência técnica, mas por razões políticas, o que resulta na perda de memória institucional e na desmotivação das equipes técnicas.

Adicionalmente, a rigidez da burocracia e da alocação de recursos intensifica a situação. A estrutura do orçamento público, caracterizada por uma forte vinculação de receitas, restringe a flexibilidade fiscal necessária para financiar projetos interdisciplinares. Rodrigues e Pereira (2022) reforçam essa crítica ao identificarem as falhas na "política de financiamento" como barreiras que impedem a intersectorialidade de se concretizar na prática. Os desafios de caráter pedagógico e curricular são frequentemente designados como "O Muro da Escola".

Para além das barreiras de caráter político-administrativo, os desafios estendem-se ao seio das instituições, manifestando-se em questões de índole pedagógica e curricular. A formação docente inadequada constitui um dos principais entraves. Silva e Wunsch (2023) e Pavini (2023) são enfáticos ao alertar que a maioria dos professores em áreas rurais carece de formação específica em EA, agroecologia ou gestão de projetos, o que compromete a adoção de estratégias mais elaboradas.

Estudos recentes aprofundam esta crítica. Segundo Lima, Pinheiro e Sabino (2024), a falta de preparação dos professores pode ter como consequência uma educação formal carente de sentido para os alunos. Esta afirmação é sustentada pelos autores através de uma revisão sistemática. Este fenómeno provoca um "choque cultural" e reforça um sentimento de "não pertencimento", contribuindo diretamente para a evasão. O presente debate reveste-se de caráter crítico, na medida em que as diretrizes da BNCC (MEC, 2022) pressupõem a capacidade dos docentes em aplicar a transversalidade. Todavia, a literatura (LIMA et al., 2024) evidencia que o "caráter generalista" da formação impede essa aplicação. A ausência

de formação contínua, de tempo para planejamento e de apoio técnico-pedagógico torna inviável esperar que os educadores, de forma isolada, ultrapassem os modelos tradicionais de ensino.

Em simultâneo, o currículo escolar manifesta-se frequentemente rigidamente estruturado. A pressão por resultados em avaliações padronizadas de larga escala, como o SAEB, leva as instituições a priorizarem a instrução instrumental. Lima, Pinheiro e Sabino (2024) criticam esta abordagem, associando-a a uma "educação bancária" na qual os alunos são meramente "receptores passivos". Este fenómeno resulta na marginalização de projetos transversais, como os de educação ambiental, considerados "menos relevantes" para os exames. O contraste é manifesto: apesar da BNCC (MEC, 2022) promover a transversalidade, a cultura avaliativa predominante acaba por reforçar um modelo que se afasta da educação integral.

Esta descontextualização é acentuada pela escassez de materiais didáticos apropriados. Conforme demonstrado por Landin (2022), através da análise do seu relato de experiência, existe uma evidência prática que corrobora a existência do problema em questão. A autora refere que a taxa de evasão na sua escola rural era elevada, uma vez que os alunos e as suas famílias acreditavam que o conhecimento escolar era "desnecessário para a vida no campo", consolidando a percepção de que o mesmo se encontrava "longe e alienígena". O estudo demonstra que essa percepção foi invertida apenas com a implementação de projetos de intervenção (como o "Projeto da Pimenta") que estabeleciam uma ligação direta entre o currículo e a realidade local, resultando em desinteresse e contribuindo para a evasão escolar.

Por fim, os desafios extrapolam os limites institucionais, estabelecendo-se na relação intrínseca entre a escola e a comunidade. A eficácia das iniciativas pedagógicas está associada à construção de um diálogo produtivo com os intervenientes locais.

Um dos principais impedimentos identificados é a dificuldade em garantir a participação comunitária. Conforme demonstrado por (LIMA; PINHEIRO; SABINO, 2024) as percepções familiares sobre a "inutilidade" da escola interagem com fatores materiais, resultando no aumento da evasão escolar. Em diversas circunstâncias, as famílias tendem a atribuir prioridade a um currículo convencional, adotando uma postura de ceticismo em relação aos projetos de Educação Ambiental (EA). Conforme comprovado por Landin (2022), a presente barreira é corroborada pelo relato de experiência, no qual as famílias e os alunos acreditavam que "não era necessário estudar" para realizar trabalho no campo. A autora demonstra que a formação de uma "aliança eficaz" dependeu da "demonstração do valor tangível" (o "Projeto da Pimenta"), superando essa barreira cultural.

Adicionalmente, a instituição de ensino pode estar sujeita a conflitos de interesse locais, o que pode resultar na sua transformação num local de disputas. Em vez de se focar em conflitos territoriais, a literatura contemporânea evidencia disputas simbólicas. Lima, Pinheiro e Sabino (2024) identificam um profundo "choque cultural" entre os valores rurais e a cultura urbana hegemónica. Os autores argumentam que a "estigmatização da cultura rural" (como a "representação caricatural" de personagens como Chico Bento) reforça no aluno um sentimento de "não pertencimento". Nesse sentido, a instituição escolar que promove a valorização da biodiversidade (como na EA) pode enfrentar resistência por parte de narrativas dominantes que legitimam outros modelos de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura existente permite concluir que a mitigação da evasão escolar em comunidades rurais transcende ações isoladas, exigindo uma articulação sistêmica. Os resultados obtidos demonstraram que as estratégias mais eficazes convergem em duas frentes: Em primeiro lugar, é necessário ter em conta as políticas públicas intersetoriais de proteção social e infraestrutura, tais como a Busca Ativa Escolar e o Programa Caminho da Escola, cujo impacto positivo foi mensurado por Carvalho et al., 2024. Em segundo lugar, é imprescindível considerar as práticas pedagógicas contextualizadas, como a Educação Ambiental e a Agroecologia, conforme demonstrado por Landin, 2022. A integração destas frentes fortalece o vínculo com o território, transformando a escola num espaço de relevância.

Contudo, esta análise também demonstrou que a implementação do modelo em questão é dificultada por desafios estruturais, que constituíram o foco da nossa análise. No âmbito político-administrativo, a fragmentação da máquina pública (CODEPLAN, 2022) e a descontinuidade na gestão de políticas de financiamento (RODRIGUES; PEREIRA, 2022) impedem a intersectorialidade. No âmbito pedagógico, o "despreparo docente" e o currículo descontextualizado, que conduzem a uma "educação bancária", geram um "choque cultural" e um sentimento de "não pertencimento" no aluno (LIMA; PINHEIRO; SABINO, 2024). Por fim, na dimensão social, o ceticismo das famílias (LANDIN, 2022) reforça essa barreira.

As limitações inerentes a esta investigação, na qualidade de revisão bibliográfica, decorrem da impossibilidade de quantificar o impacto causal direto, fundamentando-se em dados secundários. Além disso, incluem-se limitações específicas como o recorte temporal (2020-2024), que exclui artigos fundadores da área; a predominância de literatura cinzenta (relatórios institucionais), que, embora essenciais, podem não ter o mesmo rigor metodológico de artigos revistos por pares; e a limitação de idioma nas buscas (restringindo-se ao português), o que pode ter omitido estudos relevantes de outras bases de dados.

Diante do exposto, as implicações práticas e a agenda de pesquisa futura tornam-se evidentes. Recomenda-se que futuras pesquisas avancem na superação da lacuna de dados, combinando duas abordagens identificadas nesta revisão. Em primeiro lugar, é necessário realizar mais avaliações de impacto quantitativas, seguindo a abordagem de Carvalho et al. (2024), com o objetivo de mensurar a eficácia de programas. Esses estudos devem focar em indicadores mensuráveis de monitoramento, como a taxa de reingresso, a frequência média, a taxa de conclusão e a participação em atividades de EA. Em segundo lugar, é essencial realizar mais estudos de caso etnográficos, seguindo a linha de estudo de Landin (2022), para investigar como gestores e educadores superam, na prática, as barreiras de implementação.

Este estudo baseia-se exclusivamente em fontes secundárias disponíveis em domínio público. O texto foi produzido integralmente pelos autores, com apoio de ferramentas digitais de revisão textual, sem interferência automatizada de geração de conteúdo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: **Caderno Temático Meio Ambiente**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_meio_ambiente_consolidado_v_final_27092022.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Indicadores educacionais**: dados abertos. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em: 01 out. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS. **Estudo sobre condicionalidades educacionais do Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_331.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.
- CARVALHO, Willer Luciano et al. **Impacto do programa Caminhos da Escola na evasão escolar**. Revista Caderno Pedagógico, [Curitiba], v. 21, n. 13, p. 01-21, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n13-201. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/11963/6673>. Acesso em: 8 nov. 2025.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **A Importância da Articulação Intersectorial na Administração Pública**. Brasília: CODEPLAN, 2022. Disponível em: [TD_31_A_Necessidade_da_Articulação_Intersectorial_na_Administração_Pública.pdf](#). Acesso em: 5 out. 2025.
- ENGIE BRASIL. Programa de Educação Ambiental – **Complexo Eólico Umburanas**. Relatório Final. Umburanas: ENGIE, 2021. Disponível em: https://www.engie.com.br/wp-content/uploads/2023/10/RF-2021_Educacao-Ambiental_CE-Umburanas_Final.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.
- FARIAS, Leticia Campos de. **Estudo da evasão escolar no curso de agrimensura do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2020. 48 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12777>. Acesso em: 8 nov. 2025.
- FCC – Fundação Carlos Chagas. Censo Escolar 2023: **reprovação e abandono retomam crescimento após pandemia**. São Paulo: FCC, 2024. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-noticia/censo-escolar-2023-reprovacao-e-abandono-retomam-crescimento-apos-pandemia>. Acesso em: 01 out. 2025.

FERREIRA, Elen Cristina da Silva; OLIVEIRA, Nayara Maria de. **Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências**. Scientia Generalis, Patos de Minas, v. 1, n. 2, p. 39-48, 2020. Disponível em: <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a4/15>. Acesso em: 8 nov. 2025.

IMDS – Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social. Nota Técnica nº 001/2022: **Abandono e Evasão Escolar no Brasil**. Rio de Janeiro: IMDS, 2022. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/wp-content/uploads/2023/11/ImdsNT001-2022-AbandonoEvasaoEscolarBrasil.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Estudo sobre abandono escolar: parceria INESC e Fundação Malala**. Brasília: INESC, 2023. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/10/estudo_abandono_escolar_inesc_malala-out2023.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo. **Relatório Anual 2021 – Gerência de Educação Sanitária e Ambiental**. Vitória: IDAF, 2021. Disponível em: <https://idaf.es.gov.br/Media/idaf/Acesso%20r%C3%A1pido/7.%20Educa%C3%A7%C3%A3o/Relat%C3%B3rio%20anual%202021%20-%20Ger%C3%Aancia%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Sanit%C3%A1ria%20e%20Ambiental%20-%20GEDUC%20%281%29.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

LANDIN, Eliza Alves. **Relato de experiência: reflexões acerca da evasão escolar rural**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8804/7161>. Acesso em: 8 nov. 2025.

LIMA, Leandro Freitas de; PINHEIRO, Daniel Calbino; SABINO, Geruza de Fátima Tomé. **Evasão e abandono escolar entre moradores da Zona Rural: Revisão Sistemática da Literatura**. Revista Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 16, n. 43, p. 115-129, set./dez. 2024. DOI: 10.58422/repesq.2024.e1652. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1652/1349>. Acesso em: 8 nov. 2025.

MPRS – Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório Busca Ativa Escolar – Dados Gerais 2022**. Porto Alegre: MPRS, 2022. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/busca_ativa/2022_relatorio_dados_gerais_busca_ativa.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

PAVINI, Ana Carolina; WUNSCH, Maria Eduarda. **Práticas e vivências de educação ambiental na Escola de Educação Especial São Francisco de Assis – APAE de Três Passos/RS**. ResearchGate, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362499785_Praticas_e_vivencias_de_Educacao_Ambiental_na_Escola_de_Educacao_Especial_Sao_Francisco_de_Assis_-_APAE_de_Tres_PassosRS. Acesso em: 01 out. 2025.

PAVINI, Ana Carolina. **Educação do campo na pós-pandemia: pessoas, experiências coletivas e resiliência**. ResearchGate, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371104167_Educacao_do_Campo_na_Pos_Pandemia_pessoas_experiencias_coletivas_e_resiliencia. Acesso em: 01 out. 2025.

RODRIGUES, Igor; PEREIRA, Denise. **Os impactos da política pública de transporte escolar rural nos índices de evasão escolar: uma revisão sistemática sobre o Programa Caminho da Escola**. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., 2022, São Paulo. Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/502.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

SANTOS, João; COSTA, Ana. **Políticas públicas e educação ambiental: caminhos para a permanência escolar**. In: SANTOS, João; COSTA, Ana (Org.). Educação e território: perspectivas críticas. Recife: Editora Universitária, 2022. p. 101–120. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371104167_Educacao_do_Campo_na_Pos_Pandemia_pessoas_experiencias_coletivas_e_resiliencia. Acesso em: 02 out. 2025.

SILVA, João; WUNSCH, Maria Eduarda. **Educação do campo e agroecologia: práticas pedagógicas em territórios rurais**. ResearchGate, 2023.

SILVA, Maria da Guia Torres Bispo da; SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. **O abandono escolar na zona rural**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 4242-4256, nov. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i11.12181. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12181/6010>. Acesso em: 8 nov. 2025.

SILVA, Renata. **Educação ambiental e protagonismo juvenil: experiências em escolas rurais do Nordeste**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 35–50, 2020. Disponível em: <https://revista.rebea.org/index.php/rebea/article/view/456>. Acesso em: 02 out. 2025.

UNICEF. **Relatório Anual 2021** – Educação. Brasília: UNICEF Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorio-anual-2021/educacao>. Acesso em: 01 out. 2025.